



ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**Belo Horizonte
2011**

Cleonice Aparecida Marçal Passos

**ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO
COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade de Minas Gerais (UFMG),
como requisito parcial para obtenção do
título de Especialista em Gestão Escolar

Orientadora: Prof^a Eliandra da Costa
Mendes

**Belo Horizonte
2011**

Cleonice Aparecida Marçal Passos

**ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO
COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Eliandra da Costa Mendes (orientadora) - UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior - UFMG

Belo Horizonte, Janeiro de 2011.

Dedico este trabalho primeiramente a Nilza Silveira Magalhães Moreira que me deu esta oportunidade e aos meus filhos Johanns, Iasmin, Jean Pierre e Kaian.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e da sabedoria;

A minha mãe, pelas orações;

Aos meus professores, em especial a Eliandra e Beatriz por saber passar tão bem os conhecimentos e ir além, entendendo o lado humano e as dificuldades de cada um.

E a todos os cursistas pela troca de experiências.

“Entendo, pois que o processo educativo é a passagem da desigualdade para a igualdade. Portanto, só é possível o processo educativo em seu conjunto como democrático sob a condição de distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e a democracia como realidade do nosso ponto de chegada”. Demerval Saviani

RESUMO

RESUMO

O projeto político pedagógico contribui para a construção da identidade da escola, estabelece seu direcionamento, almeja o comprometimento da comunidade escolar com uma visão comum e compartilhada de educação pautada na gestão democrática. De acordo com essa premissa, o presente estudo se propõe refletir sobre a importância da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e avaliar quais os principais elementos (eixos norteadores) devem ser considerados na elaboração do mesmo. Para melhor entender realmente do que se trata esse documento foi feita uma análise crítica do PPP da Escola Municipal Luiza Gonçalves Moreira, de modo a perceber quais são os entraves que dificultam a construção e implementação do projeto, identificar qual o papel do gestor escolar nesse processo e as principais mudanças para a consolidação da escola enquanto espaço democrático. A escola pública necessita de uma gestão que, partindo da construção coletiva do PPP, crie condições para que ela possa alcançar sua finalidade, concretizando sua função social, promovendo a cidadania e o desenvolvimento pleno dos alunos

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Gestão democrática. Participação.

ABSTRACT

The political pedagogical project seeks to build the identity of the school sets its direction, longs for the commitment of the school community with a common and shared vision of education based on democratic management. According to this assumption, this study aims to reflect on the importance of constructing Educational Policy Project and assess the main elements (guiding principles) should be considered in compiling the report. To better understand really what it is that document was made a critical analysis of the PPP Municipal School Luiza Gonçalves Moreira, in order to understand what are the obstacles that hinder the construction and project implementation, identify the role of the school manager in the process and the main changes to the consolidation of school as a democratic space. The public school needs an administration that, based on the collective construction of the PPP, create conditions so that it can achieve its purpose, fulfilling its social function, promoting citizenship and full development of students.

Keywords: Educational Policy Project. Democratic management. Participation.

[Ver dicionário detalhado](#)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPP: AÇÕES DETERMINANTES PARA A DEMOCRACIA	14
3. A REALIDADE DA ESCOLA LUIZA GONÇALVES MOREIRA: MODIFICAÇÕES NA FUNÇÃO DO GESTOR	21
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
6. ANEXO	25
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL “LUIZA GONÇALVES MOREIRA”	25

1. INTRODUÇÃO

O campo da educação, nas últimas décadas, tem sido exposto pelas discussões sobre a necessidade de elaboração de diferentes Projetos (Projetos Pedagógicos, Projetos Político-Pedagógicos, Projetos de Ensino) para as instituições educativas, independente da modalidade de ensino Básico ou Superior. Essa necessidade é resultado dos diagnósticos e mapeamentos das situações educacionais do Brasil: nas regiões, estados e municípios que apontam ações educacionais aleatórias, descontínuas, desenvolvidas nas escolas e nos próprios sistemas de ensino, constituindo-se em ativismo inócuo, cujos resultados nem sempre são os que se pretendiam.

De acordo com Veiga (1996) a relevância da construção de projetos acontece tendo haja visto que:

(...) o projeto é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. É um projeto político por estar inteiramente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido do compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. (VEIGA, 1996, p.13)

Nesse contexto, a ideia do Projeto Político Pedagógico (PPP) surge como possibilidade de solução para a estruturação intencional do trabalho nas instituições educativas, da mesma forma que se planejam outras dimensões da vida e da sociedade. Essa intencionalidade refere-se aos objetivos humanizadores da educação e necessitam que a organização e funcionamento das instituições garantam efetivamente, concretamente, e historicamente, a consecução das finalidades educacionais pretendidas.

Considerando os entraves existentes nas instituições educativas e que merecem análise profunda dos educadores, Passos (1996) afirma que a construção do projeto pela instituição educativa resgata seu papel de espaço público, de lugar de debate, de diálogo fundamentado em uma reflexão coletiva.

Nesse sentido, de acordo com Padilha (2000), a elaboração do Projeto Político Pedagógico deve iniciar pela reflexão sobre a prática pedagógica, para em seguida, fundamentá-la. Ressalta, ainda, que é necessário a criação de condições concretas para

a formação continuada dos professores e de todos os segmentos educativos, enfatizando que essa é uma tarefa dos governos responsáveis pelas respectivas redes ou sistemas de ensino e também da própria unidade escolar.

Assim, a elaboração do PPP deve ser realizada a partir de determinadas ações, como: a discussão com a comunidade educativa, a constituição de uma comissão de organização e coordenação do processo na instituição, criação de um espaço para que toda comunidade possa decidir sobre o projeto em todas as suas dimensões, definições de responsabilidades, atribuições e cronograma de ações, socialização da experiência da própria escola e de outras instituições, ampliação da divulgação das atividades realizadas, análise e interpretação dos resultados alcançados pela escola nas dimensões social, política, econômica e cultural.

Na perspectiva de qualificar o processo de construção do PPP, recorre-se a consideração do contexto em que ele será elaborado e desenvolvido, fazendo-se necessário, então que todos os envolvidos não percam de vista as suas diversas dimensões, quais sejam elas, políticas, pedagógicas e sócio-políticas.

Os princípios norteadores como igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade e valorização do profissional da educação residem na possibilidade de “um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da instituição, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que não é descritiva, constatativa, mas é constitutiva” (MARQUES, 2003, p.23).

Entendendo a necessidade e importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico nas instituições educacionais, o presente estudo se propõe: analisar e refletir sobre quais os elementos constitutivos (eixos norteadores) devem estar presentes nesse documento, identificar o papel dos gestores escolares frente a organização e elaboração coletiva do PPP e por fim perceber qual é atual situação do PPP da E. M. Luiza Gonçalves Moreira¹ e as quais as modificações necessárias para a sua efetivação.

¹ A Escola Municipal Luiza Gonçalves Moreira, localizada na área rural do município de Taquaraçu de Minas/MG, atende cerca de 90 alunos divididos entre a Educação Infantil (1º e 2º períodos-turma multisseriada) e o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

2. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPP: ações determinantes para a democracia

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. (GADOTTI, 1994, p.579)

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é uma ação que trata da democracia, da equidade, da cidadania e objetiva resgatar o papel da instituição educativa como parte de um discurso social em que os sujeitos são influenciados em suas posições pela instituição e pela própria sociedade.

No processo de construção do Projeto Político-Pedagógico é fundamental considerar os eixos que nortearão a sua elaboração no sentido de garantir a gestão democrática. Ele poderá ser constituído dos seguintes eixos: introdução, finalidades da educação, estrutura organizacional, currículo, tempo escolar, processo de decisão, relação de trabalho e avaliação.

A **introdução** é o retrato da instituição, pois será através dela que se identificarão as características gerais, administrativas, educativas, financeiras e jurídicas da escola. Nesse eixo é apresentado o levantamento de dados, apresentação das intenções pedagógicas, administrativas e comunitária, evidenciando quais são os princípios, diretrizes e propostas de ação, visando a superação dos desafios vivenciados pela unidade educativa.

As **finalidades da educação** que devem fundamentar o PPP devem estar em consonância com a legislação educacional vigente. Nesse eixo deverá ficar explícito quais as finalidades sociais, culturais e educacionais pretendidas pela instituição e que se propõe a contribuir para a inserção cultural dos indivíduos e para uma melhor compreensão da sociedade em que vivem. No sentido político e social deve-se prevalecer a premissa de formar sujeitos para a participação política que implica no reconhecimento de direitos e deveres da cidadania. As finalidades educacionais expõem qual a proposta de formação pessoal e humana que é pretendida pela escola.

Ao fazer uma análise da **estrutura organizacional** de uma instituição educativa é possível compreender sua organização administrativa e pedagógica. A estrutura administrativa deve demonstrar como se dá a locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros e, ainda apresentar dados referentes à infra-estrutura (arquitetura do edifício, os equipamentos e os materiais didáticos, mobiliários, distribuição das dependências na instituição educativa e espaços livres, limpeza e saneamento básico). Já a estrutura pedagógica, refere-se, fundamentalmente, às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e as formas de organização das turmas. OLIVEIRA (2004, s.p) ressalta que

O PPP da escola deve de fato, mostrar a escola com sua estrutura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.

O eixo **currículo** ilustra como se dá a organização do conhecimento na instituição, levando-se em conta a construção social do conhecimento, pressupondo-se a sistematização dos meios para que este se efetive (VEIGA, 2002). A organização curricular não pode ser estruturada desvinculada do contexto social, uma vez que o currículo deve ser “historicamente situado e culturalmente determinado” (VEIGA, 2002, p. 27). A instituição educativa deve buscar novas formas de estruturação curricular, em que o conhecimento (conteúdo) estabeleça relação aberta e inter-relacione-se em torno de uma idéia integradora (as capacidades, habilidades e competências a serem desenvolvidas). As práticas pedagógicas devem assegurar a interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade entre as disciplinas e conteúdos desenvolvidos ao longo do ano letivo.

Ao refletir sobre as questões referentes ao **tempo escolar** é possível identificar que as instituições educativas (em sua maioria) ainda são marcadas pela segmentação dos calendários (que determinam os dias letivos, dias escolares, férias, recessos e feriados, etc.). Tal calendário tem como base o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96 e as resoluções estaduais e municipais.

Sabemos da grande necessidade de repensar o verdadeiro significado do tempo na

escola e as situações que fazem parte do universo escolar que estão diretamente envolvidas com a organização temporal, como o processo de aquisição do conhecimento e apropriação do currículo, a cultura escolar e os reflexos das políticas de assistência que hoje convergem para o atendimento integral dos alunos.

O ideal é que a escola trabalhe construtivamente o tempo que o aluno permanece na instituição, assegurando que ele possa ter um aproveitamento satisfatório e diminuir no dia a dia os principais problemas que contribuem para a evasão escolar e o prosseguimento dos estudos. Sempre considerando o ano em curso, o direito de continuidade e a faixa etária do aluno.

Mesmo que a instituição tenha uma organização adequada, há alguns obstáculos a serem enfrentados. Abandonar práticas tradicionais, muitas vezes, representa um problema, procurar maneiras diversificadas de incentivar a aprendizagem ou de avaliar um aluno nem sempre é bem aceito ou entendido, haja visto que isso requer transformar atitudes e reestruturar o trabalho.

Uma proposta que tem sido amplamente difundida hoje nas escolas é a permanência do aluno em tempo integral. Vale ressaltar que para que isso ocorra de forma a promover mudanças e fazer diferença no contexto educacional e social das famílias, torna-se necessário a organização da equipe pedagógica e de estrutura física e financeira adequadas para ampliar o tempo do aluno na instituição com a devida qualidade.

Outra questão que precisa estar bem estruturada é a forma de organização do sistema de ensino: a formação dos alunos acontecerá por seriação ou por ciclos? Ao definirmos no PPP que pretendemos uma nova organização do tempo e do espaço, devemos assumir uma postura crítica frente às concepções de educação por detrás de cada concepção para alcançarmos transformações construtivas na prática pedagógica, sempre buscando contar com a participação de todos.

Um outro eixo extremamente importante a constituir o PPP é o referente aos **processos de decisão**. De modo a garantir um espaço realmente democrático é preciso determinar mecanismos que estimulem/incentivem a participação de todos e que garanta a revisão das atribuições específicas e gerais de cada um dos envolvidos no Projeto da escola.

Deve estar claro como será a distribuição do poder e quais as formas de descentralização do processo de decisão. Precisa-se destacar principalmente a instalação de processos eletivos na instituição educativa, para garantir de fato uma gestão democrática. E esta forma de gestão somente poderá ocorrer se houver uma junção de elementos que favoreçam sua implementação. Ela pressupõe maior autonomia no sistema educacional e na escola.

Todo Projeto Político-Pedagógico para ser verdadeiramente libertador e responsável tem de ser participativo. Aliás, um projeto carrega consigo, em sua própria definição, a essência da cidadania, que é a participação. Porque isso? Porque cidadania significa participar. Mas não qualquer participação: é a participação que se dá no pensar, no projetar, no criar, no inventar, no construir um novo caminho. (BATTURA, 2005, p.11)

A criação do Conselho Escolar, Colegiado, Conselho de classe e Grêmios Estudantis são oportunidades valiosas que os atores escolares têm para a formação da cidadania e a consecução de uma escola democrática, afinal esses espaços de participação coletiva integram todos os segmentos da comunidade escolar, com a função de definir, promover e avaliar os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola. Com o Conselho, a responsabilidade dos processos escolares não está somente na figura da direção e sim de toda comunidade escolar.

A existência desses espaços de decisão coletiva só trará bons resultados para uma educação de qualidade, mediante ações que favoreçam o trabalho nas instituições. No entanto, é necessário conhecer e estudar a legislação que regulamenta a gestão democrática municipal ou estadual que normativa a criação dos Conselhos, colegiados e grêmios, compreender a dinâmica do trabalho, a função dos seus representantes, promover a disseminação de informações acerca do que será desenvolvido nas escolas e nas organizações participativas e ainda estimular formas de interação constante com a comunidade escolar. Enfim, criar um ambiente participativo.

Outro eixo que precisa estar bem fundamentado é referente às **relações de trabalho**. De acordo com Veiga (2006) as relações entre os principais atores educacionais (gestores, docentes, alunos funcionários e comunidade):

(...) devem estar calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico. (VEIGA, 2006, p.31.)

Trabalhar coletivamente requer algumas condições institucionais, apoio externo e algumas atitudes (sobretudo de bom senso) de cada um dos membros da equipe de modo a favorecer o trabalho compartilhado. Uma boa equipe de trabalho se constitui tendo clareza na distribuição das incumbências e das responsabilidades dos envolvidos no processo, respeito mútuo, capacidade de ouvir, capacidade de identificar o que é positivo, capacidade de enfrentar e resolver problemas e a busca pelo consenso.

Os conflitos que poderão ocorrer no cotidiano escolar deverão ser superados a partir do diálogo e do entendimento da importância do papel de cada sujeito na instituição. A escola deve estabelecer e tornar claras, regras e combinados para uma boa convivência. O Regimento Escolar é o instrumento que permite à equipe gestora tomar decisões acerca dos conflitos, com bases nos princípios e normas estabelecidas pelo grupo. Para que o Regimento favoreça essas ações, é necessário que, na elaboração do PPP, a solução dos problemas do cotidiano sejam abordados e definidos pelo coletivo.

O gestor democrático deve ter consciência de que não cabe somente a ele a responsabilidade pelo que ocorre na escola, e sim que deve compartilhá-la com os demais participantes. Compreender que para isso, deve facilitar o processo de participação coletiva. Entendendo que somente desse modo, estará exercendo de fato a liderança democrática e atendendo as especificidade inerentes ao trabalho.

O eixo que aparece no final do PPP é o referente aos processos de **Avaliação** que ocorrem na escola. Todos os segmentos precisam ser avaliados: alunos, professores, funcionários, gestores, comunidade escolar e o próprio PPP. Segundo Veiga (2001), a avaliação:

(...) numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade da instituição educativa, buscar explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforçar para propor alternativas numa criação coletiva. Esse caráter criador é conferido pela autocrítica. (VEIGA, 2001 p.32).

A função básica da avaliação do projeto político-pedagógico é fornecer informações que permitam regular a prática educativa, ajustá-la e adequá-la aos diferentes usuários a que se dirige. Se a finalidade da avaliação é regular e melhorar a prática educativa, é preciso ampliar o nosso campo de observação e considerar que os alunos não podem ser vistos isoladamente, e também considerar as situações de ensino-aprendizagem que a instituição oferece, as intervenções dos professores, o tipo de conteúdo e as situações de aprendizagem propostas, as relações das crianças nos grupos e com os professores. Contudo, a avaliação refere-se às propostas didáticas, às intervenções, enfim, à prática educativa estabelecida na proposta pedagógica da instituição.

Bassedas e colaboradores (1999) alertam que a objetividade seja uma característica da avaliação, isto é, para que os anseios, expectativas e juízos sejam apenas hipóteses que favoreçam o aparecimento dos resultados, servindo de guia para o processo educativo. Para essas autoras, a finalidade básica da avaliação é guiar as tomadas de decisões sobre as intervenções necessárias para o alcance dos objetivos educativos da instituição em qualquer nível. Assim, a avaliação deve servir basicamente para intervir, modificar e melhorar a prática educativa, definida na proposta pedagógica. “A avaliação é um elemento chave do qual dispomos de informações que servem pra tomarmos decisões” (BASSEDAS, HUGUET, SOLÉ, 1999, p.17)

A avaliação deverá ser estabelecida em duas dimensões: numa primeira, sobre os processos e resultados do projeto político-pedagógico e, na outra dimensão, no processo educativo e de aprendizagem. Quanto à primeira dimensão, é necessário prever e delinear a avaliação institucional, com o estabelecimento de critérios quantitativos e qualitativos, bem como evidenciar a orientação pragmática, voltada pra a tomada de decisões e sua caracterização ideológica. Nesse sentido, é necessário prever o envolvimento dos profissionais e famílias no processo de avaliação da criança, dos professores e da própria instituição educativa, além de definir as formas de compartilhar a avaliação com o grupo de professores, com a própria criança e a família.

Quanto á dimensão do processo educativo e de aprendizagem é importante explicitar as concepções de educação, aprendizagem e avaliação adotada pelo projeto. Nesse processo, a avaliação tem como finalidade diagnosticar o desenvolvimento e as aprendizagens empreendidas pelo aluno, bem como subsidiar a intervenção educativa por

meio de um planejamento que escolhe ou altera determinadas situações relacionadas às atividades de educar. Souza (1999) defende que é preciso considerar três questões fundamentais para a avaliação: a clareza conceitual e da fundamentação teórico-metodológica adotada, a coerência entre teoria e prática e as condições objetivas para a prática avaliadora.

Nesse sentido,

[...] a avaliação atravessa o ato de planejar e de executar; por isso contribui não só na identificação da perspectiva político-social, como na seleção de meios alterados e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção (LUCKESI, 1992, p.125)

Sendo assim, a constante avaliação do Projeto Político-pedagógico é a garantia do seu sucesso.

3. A REALIDADE DA ESCOLA LUIZA GONÇALVES MOREIRA: modificações na função do gestor

Ao analisarmos os elementos constituintes de um Projeto Político Pedagógico, foi possível perceber que a realidade da Escola Municipal Luiza Gonçalves Moreira, precisa ser repensada, no sentido de se tornar uma escola pública mais organizada, que tenha clareza da sua função social, da sua missão, dos objetivos estratégicos que precisam ser desenvolvidos a fim de que sua autonomia assegure um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos, formando cidadãos participativos capazes de agir para transformar a sociedade.

A partir do PPP da escola foi possível identificar que a participação da comunidade ainda é muito restrita e que não foi efetivamente implementado espaços de decisão coletiva. Percebe-se também a preocupação dos gestores em modificar essa realidade e efetivar uma gestão compartilhada. Por ser uma instituição municipal vinculada a Secretaria de Educação de Taquaraçu de Minas a escola não possui tanta autonomia, mas na medida do possível busca responder aos anseios da comunidade.

Portanto, a implementação da gestão democrática na Escola Municipal Luiza Gonçalves Moreira consistirá em uma conquista, sustentada por uma estrutura participativa, por

meios de práticas que valorizam a participação e a democracia, dando voz e oportunidades a todos, garantido assim, a qualidade da educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que o Projeto Político-Pedagógico define a identidade da instituição educacional, isso significa situá-la dentro de um contexto autônomo, como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Sua construção democrática e coletiva torna o grupo de profissionais, autores de uma proposta, mais reflexiva e fundamentada, enfatizando as melhorias necessárias à instituição, rejeitando a mera cópia de projetos de outras instituições e a contratação de grupos de assessoria para a sua elaboração.

É através dele que podemos identificar as intenções educativas e os meios de alcançá-las, o que exige um trabalho coletivo em torno de questões fundamentais que configuram o revisar, o analisar, o modificar e o firmar acordos na equipe em relação à prática educativa. O PPP deve ser útil no cotidiano escolar e não ficar guardado na gaveta ou conseguir financiamento de algumas ações em determinados órgãos públicos, ou ainda, simplesmente para cumprir uma formalidade legal junto, às secretarias de educação.

O ato de participar tomando parte é algo complexo, pois impõe que se aprenda a aceitar pessoas e pontos de vista diferentes; reconheça-se culturas e personalidades, muitas vezes opostas; reconhecer que o outro pode ter apresentado a melhor ideia ou solução; de ter coragem de dizer o que precisa ser dito; de ouvir, e não apenas escutar, o que o outro tem a nos dizer. E essa é justamente a riqueza que a participação democrática pode proporcionar e que a escola não pode prescindir.

Sabemos que a escola é um espaço que assim como pode promover a participação coletiva, também pode criar obstáculos para que ela ocorra. As dificuldades fazem parte do processo participativo, até porque todos os segmentos da escola são convidados a aprender com os erros e acertos, no cotidiano da escola com todos os seus problemas e situações. Daí a importância do fortalecimento significativo dos mecanismos da gestão democrática e de um gestor atento para essa discussão.

Neste sentido é preciso pensar em mudanças acerca do PPP e dos gestores da Escola Municipal Luiza Gonçalves Moreira, como um indicativo do papel que devemos cumprir no contexto educacional, envolvendo ativamente os diversos segmentos escolares nas tomadas de decisões, visando a promoção da transformação necessária e desejadas pelo coletivo escolar, almejando uma gestão democrática alicerçada e sustentada pelo projeto político pedagógico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSEDAS, E; HUGUET, T; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Tradução: Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BATTURA, Ivaniria Maria. **Projeto político-pedagógico: concepção que se define na práxis**. Passo Fundo: UPF, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 4 ed. São Paulo; Cortez, 1995 (coleção Questões da Nossa Época)

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica**. P. 115 a 125. in o diretor – articulador do projeto escola. São Paulo: FDE, 1992. (série idéias nº. 15)

MARQUES, Luciana R. **Autonomia da escola nas representações sociais dos membros do conselho escolar**. In: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Piracicaba, v.19 nº. 2 p. 161-304, jul./dez, 2003.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola**. 2004. Disponível no portal Fae, UFMG – Escola de Gestores.

PADILHA, Paulo Roberto. **Projeto Político-Pedagógico; Caminho para uma instituição educativa mais bela, prazerosa e aprendente**. (Porto Alegre: Revista Pátio, 203, p.12-15).

VEIGA, I. P. A.. Ensino e Avaliação: Uma relação Intrínseca a organização do trabalho pedagógico. In: **I EPECO**, 1996, Campo Grande. I EPECO. Campo Grande : UFMS, 1996. v. 01.

_____. Projeto político-pedagógico: novas trilhas e novos rumos para a escola. In: **Anais do Simpósio nacional de Educação**, 2001, Natal-RN, 2001.

_____. O papel do professor na construção do projeto político-pedagógico. In: **Programa PEC - Formação Universitária.**, 2002, São Paulo - SP.

_____.(org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2006.

6. ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal “Luiza Gonçalves Moreira”



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE-FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
POLO: BELO HORIZONTE -TURMA 07

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

E.M. “LUIZA GONÇALVES MOREIRA”

CLEONICE APARECIDA MARÇAL
GISELE MARIA DOS SANTOS
MARIA MARGARETE DA SILVA CRUZ

Taquaraçu de Minas, 01 de Setembro de 2010

1- INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Luiza Gonçalves Moreira”, atende alunos da Educação Infantil (1º e 2º períodos-turma multisseriada) e 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental, sob a jurisdição da SRE - Metropolitana “C”, tendo como objetivo a formação básica do cidadão. Situa-se na região metropolitana a 63 km da capital mineira. Localizada na área rural, Vargem Formosa, s/n em Taquaraçu de Minas, cidade esta que apresentou nesses últimos anos um grande desenvolvimento populacional, advindo das mais variadas regiões de Minas Gerais e também de outros estados.

A referida Escola atende atualmente noventa alunos, em dois turnos, distribuídos em: uma turma multisseriada de Educação Infantil e cinco turmas de Anos Iniciais, atende alguns alunos com necessidades educacionais especiais. Seu quadro é composto de 01 gestora, 01 coordenadora pedagógica, 04 profissionais da administração escolar e docentes 01 para Educação Infantil e 05 nos Anos Iniciais do ensino fundamental.

O Projeto Político Pedagógico da E.M. “Luíza Gonçalves Moreira” visa direcionar o cotidiano da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica e participativa, amparado por uma gestão democrática. Nasceu da necessidade de mudanças no interior da escola, sendo imprescindível a definição da identidade e do conjunto de princípios e normas que orientem e iluminem a ação pedagógica do Estabelecimento de Ensino. Possibilita uma análise da escola e sua relação com a sociedade, numa construção coletiva proporcionando a organização de acordo com a realidade e a gestão democrática, sendo este o diferencial para o cumprimento de sua tarefa social.

É inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político-pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática. Desta perspectiva, o PPP é, também, um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós. Isto significa dizer que a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social[...]. (AZEVEDO, 2004, p.2).

O Projeto Político Pedagógico direciona o trabalho pedagógico, permite analisar e resolver situações problema partindo da realidade para alcançar o desejado em termos de qualidade. O envolvimento de toda a comunidade possibilita o conhecimento da escola e quando participam, a realidade se transforma, surgem parcerias, replanejamentos, decisões, ações e outros com objetivo de alcançar novos patamares. AZEVEDO Apud, BARBIER (1996), diz que:

Projeter significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Por isto, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma idéia, transformando-a em ato. Para tanto, considerando-se especificamente o PPP, em virtude da pluralidade que caracteriza uma comunidade escolar, o envolvimento no processo requer que as pessoas sejam devidamente motivadas e que adquiram uma visão da relação entre finalidade-objetivo-meio, baseada, por sua vez, na relação desejo-limites-valor, mediatizada pela relação entre recursos-limitações-gestão. (AZEVEDO, 2004, p.3).

O Projeto Político Pedagógico é um documento onde configura claramente objetivos, legislações, currículos, planejamentos, diretrizes, ações e expectativas da escola. A real preocupação é construir um projeto, ofertar um ensino de qualidade e contar com a participação de todos, atendendo o disposto no Art. 3º da LDB, Lei Nº 9.394/96, que tem a seguinte redação:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996, art. 3)

Nas linhas norteadoras está explícito a maneira como a escola trabalhará os sujeitos, os saberes, a sociedade, a educação, a avaliação no final, a cultura, o conhecimento, o currículo, a cultura Afro, a inclusão, a religião, o meio

ambiente e por essas razões será um Projeto com visão atual. O projeto deve conter princípios ético-político, epistemológicos, como apropriação da Cultura e produção, de forma a levar os docentes à análise social do dia-a-dia e suas implicações no desenvolvimento das competências e habilidades didático-pedagógicas diárias.

A caminhada de construção do Projeto Político Pedagógico da E.M. “Luiza Gonçalves Moreira” foi construtivo, ocorreram debates, estudos e análises coletivas, todo o processo de construção contou com a participação e compromisso dos profissionais da escola, pais e alunos. Sendo assim, a escola direcionará sua ação administrativa pedagógica e financeira através deste projeto, que será revisado e atualizado anualmente com envolvimento de todos os segmentos, contando com uma gestão democrática que realmente possibilite a participação da comunidade escolar.

2- FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

Regida pelos princípios e fins da Educação Nacional e conforme explicitado na Lei Nº 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu Art. 2º, a educação, dever da família e do Estado, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, como cidadão crítico, criativo e competente.

Sabemos que a missão da escola é desenvolver integralmente o homem, porém explorar todos os seus talentos como: a comunicação, a criatividade, a capacidade física e o respeito por si próprio e pelo outro. A escola que se nega a entrar neste novo momento de inserir em suas atividades temas que desencadeiem o desenvolvimento destes talentos responsáveis pela reflexão da vida, do seu cotidiano, da conscientização, de cada papel na sociedade, está negando ao seu educando o direito de viver em harmonia social.

As finalidades educacionais da Escola Municipal “Luiza Gonçalves Moreira” estão centradas principalmente em uma educação qualitativa que enfatiza a dimensão humana e social, com a necessidade de estabelecer uma

convivência democrática que garanta o respeito ao pensamento do outro, às diferentes opiniões e às diversas culturas. E que esta convivência seja fruto do trabalho de formação de um sujeito crítico e com capacidade de diálogo.

Nossa escola baseia-se nos pensamentos da corrente pedagógica de Vigotsky que entende que a escola deve se antecipar ao que o aluno não sabe e nem é capaz de aprender sozinho, possibilitando a interação com o conhecimento. “Se o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, então a escola tem um papel essencial na construção do ser psicológico adulto dos indivíduos que vivem em sociedades escolarizadas”. (OLIVEIRA, apud, VIGOTSKY, 1997, p.61)

Considerando fundamental a interação, a construção do conhecimento, o papel do educador, nesse contexto, passa então, a ter um significado essencial, no processo ensino-aprendizagem, pois professores e alunos como sujeitos com diferentes experiências, mediam e interagem com o conhecimento num processo dialógico, permitindo trocas no cotidiano de sala de aula.

Tal aspecto exigirá da escola o reordenamento das relações e uma capacidade de auto organização face às necessidades educacionais de seu público alvo e da busca por uma educação de qualidade. Isso requer maior compromisso dos profissionais da educação com o ideal democrático de educação, bem como educadores capazes de elaborar seus próprios projetos de ensino, não dependendo exclusivamente de orientações externas das esferas superiores da administração pública. Segundo CUNHA (1992, p.145):

A prática educativa, viabilizada através da interação professor-aluno, transcende o espaço da sala de aula, constituindo-se, também, numa prática social. Por isso é fundamental a todo professor ter uma visão clara de mundo, de sociedade e uma filosofia de educação explícita que lhe permitam reconhecer seu compromisso com o educando não se restringe aos conteúdos escolares, mas que há também entre eles um compromisso político.

A melhoria da qualidade da educação é aqui entendida como “a capacidade da instituição para ampliar de maneira simultânea a aprendizagem dos alunos e da comunidade educativa” (HERNANDEZ, 2003, p.11), ou ainda como “um espaço sistemático e contínuo direcionado para mudar as condições de

aprendizagem e outras condições internas associadas em uma ou mais instituições educativas com a finalidade principal de alcançar as metas educativas” (VELOZO, 1995, p.48).

Para lutarmos por tais melhorias defendemos a constituição de uma escola autônoma, pois quanto maior for esta autonomia, maior será o compromisso e o engajamento nas tomadas de decisão e nas ações por parte dos sujeitos que fazem à escola e nela participam. Para envolvermos todos os profissionais da educação e a comunidade, a escola deverá se organizar através da elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico, o que contribuirá consideravelmente para que nossas crianças desenvolvam as habilidades e competências referentes à educação infantil e ao ensino fundamental.

É nesta perspectiva que o Projeto Político Pedagógico, em cada instituição, é o resultado de uma política que considera as diretrizes no âmbito nacional, estadual e municipal. Esse documento deve funcionar como instrumento norteador da ação teórico-prática para a escola e visa à melhoria da educação. Sua elaboração e desenvolvimento implicarão em dinamizar o trabalho, o que pressupõe também, estabelecer uma política interna de formação continuada de professores.

Para conseguirmos alcançar uma nova concepção de educação que garanta a qualidade, será preciso um reajuste nos princípios de convivência que estão diretamente interligados ao processo educacional, tendo como finalidades o pleno desenvolvimento do educando e o preparo para o exercício da cidadania. Para tanto, há necessidade que o currículo, as práticas educativas e a participação democrática de todos sejam repensados, no sentido de enfatizar não só os valores humanos e éticos simultaneamente, como também o conhecimento produzido e divulgado pela comunidade escolar, visando um planejamento focado na democratização escolar.

3-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A infra-estrutura e o espaço físico são de grande relevância em um ambiente escolar, não só pelas suas dimensões geométricas, mas também pelas suas dimensões sociais. O espaço físico da escola deve ser adequado para o atendimento e desenvolvimento das atividades educativas. Horn (2004) considera que: “É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...]” (HORN 2004, p.28).

A E.M. “Luiza Gonçalves Moreira” possui uma estrutura física restrita, o prédio foi reformado recentemente, porém não ocorreu ampliação do espaço construído. O prédio conta com 05 salas de aula, o espaço de cada uma é pequeno, 01 sala para direção, secretaria escolar e atendimentos pedagógicos e administrativos, 03 sanitários, sendo 02 para uso dos discentes (feminino e masculino) e 01 para funcionários, 01 reservatório de merenda escolar, 01 cozinha pequena, 01 área de serviços para higienização dos utensílios, 01 varanda ampla onde acontece a receptividade dos alunos na entrada do horário escolar que serve como refeitório durante o recreio comportando duas mesas e bancos grandes e também é utilizado para desenvolvimento de atividades recreativas, 01 horta e 01 área livre considerável, toda gramada e com muitas árvores, onde neste espaço acontecem comemorações cívicas e encontros com a comunidade. A escola só possui uma rampa, ainda pouco acessível e que necessita de muitas adaptações para atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo Oliveira (2000) “a criança através do meio cultural, das suas interações com o meio seja em um trabalho individual ou coletivo é a verdadeira construtora do seu conhecimento” (OLIVEIRA, 2000, p.158). Toda escola precisa fomentar espaços e momentos que ajudem a desenvolver o gosto pelas atividades culturais e pela leitura. Nessa perspectiva, infelizmente, esta instituição de ensino carece de uma biblioteca para pesquisas e atividades de leitura.

Em relação aos recursos humanos na escola possui na administração escolar 01 diretora Licenciada em normal superior, não tem vice-diretora, 01 auxiliar de secretaria com formação em nível médio, atualmente está cursando graduação superior, é responsável por toda escrituração e vida escolar dos alunos e demais serviços do setor, 03 auxiliares de serviço gerais que possuem apenas o nível fundamental. A escola conta também com uma 01 coordenadora pedagógica licenciada em normal superior e atualmente está cursando pedagogia com ênfase em supervisão e orientação escolar, 06 professoras, sendo 02 licenciadas em educação infantil, 02 em normal superior e 01 em pedagogia e 01 em magistério.

O recurso financeiro externo que chega à escola é apenas o do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), advindo do governo federal, e que é repassado uma vez por ano para a Unidade Executora. O valor é dividido em capital e custeio, para aquisição de materiais permanentes e de consumo. Os membros que compõe a diretoria, conselho fiscal e deliberativo da Unidade Executora executam em parceria com a comunidade escolar o repasse, tendo em vista as necessidades da escola, posteriormente prestam contas da execução do recurso e existe divulgação deste para a comunidade. Todo o processo é registrado em livro próprio de Ata e os documentos que compõe a prestação de contas são entregues para a Secretaria de Educação de Taquaraçu de Minas e 01 cópia fica na escola arquivada.

Os profissionais da escola são remunerados pela Prefeitura Municipal deste município através do repasse do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Estão matriculados nesta instituição de ensino 90 alunos, que residem nas imediações da escola, situada na área rural de Taquaraçu de Minas. Possui 01 turma multisseriada de Educação Infantil com 17 alunos, sendo 07 alunos no 1º período, faixa etária 4 anos e 10 alunos no 2º período com 5 anos. No ensino fundamental atende até o 5º ano, onde conta no Ciclo Inicial de Alfabetização com: 01 turma de 1º ano (verde) com 10 alunos, faixa etária 6 anos, 2º ano

(laranja) com 14 alunos, faixa etária 7 anos, 3º ano (azul) com 20 alunos, faixa etária 8 anos e Ciclo Complementar de Alfabetização: 4º ano lilás com 13 alunos, faixa etária 9 anos e 5º ano amarelo com 16 alunos, faixa etária de 10 anos.

As orientações do trabalho pedagógico na escola são direcionadas pela gestora, que nas decisões dialoga com as docentes e a coordenadora pedagógica para definir estratégias de ação, resolver situações problema, discutir sobre o processo ensino aprendizagem e suas implicações na melhoria do desempenho dos alunos.

A instituição planeja e organiza a ação pedagógica através de reuniões, encontros e momentos de discussões. No início do ano letivo acontece uma reunião técnico pedagógica, onde direção, docentes, coordenação pedagógica e profissionais da administração escolar elaboram metas para serem executadas no decorrer do ano, de acordo com o Regimento escolar e demais legislações vigentes. Os encontros pedagógicos são semanais, docentes desta escola reúnem-se com as docentes da E.M. “Raimundo das Chagas Quintão” juntamente com a coordenadora pedagógica para planejarem as atividades didático-pedagógicas, discutirem realidade e trocarem experiências, com base nos Referenciais Curriculares, Parâmetros Curriculares Nacionais e outros. Conforme calendário escolar, todo bimestre ocorre o conselho de classe, para análise dos resultados e direcionamento dos trabalhos pedagógicos. Docentes participam 1h por semana de formação continuada. Esta ação tem favorecido parcerias entre as profissionais deste segmento, a gestão tem incentivado as ações colegiadas. Segundo o Novo Dicionário Aurélio, “A educação é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral visando à sua melhor integração individual e social: é um processo de aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas”. (FERREIRA, 1987. p.40).

Esta escola adota também a pedagogia de projetos com finalidade de desenvolver um trabalho mais contextualizado, que possibilite uma inter-relação entre os conteúdos. Nas interações o coletivo escolhe os temas

geradores a partir da realidade escolar, após discussões coloca em prática o proposto, formalizam em um documento e partem para a ação no meio escolar.

Sendo assim, nada como o espaço escolar para estimular e desenvolver as potencialidades necessárias para sua convivência no meio social.

4- CURRÍCULO

A organização curricular é flexível, viabiliza conhecimentos que serão ministrados para os alunos em cada etapa levando em consideração a vivência cotidiana, o meio e as relações sociais do discente, cumprindo o que emana o Art.26 da LDB Lei 9394/96: “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”. (BRASIL, 1996, Art.26).

Na E.M. “Luiza Gonçalves Moreira” concebe-se “currículo” como o conjunto de todos os aspectos, dados, princípios e diretrizes, onde a concepção de valores faz diferença. A implementação do mesmo em nossa instituição cumpre na educação infantil e no ensino fundamental o que determina a LDB, Lei 9394/96, a Constituição Federal de 1988 da mesma forma que está de acordo com as demais legislações educacionais vigentes.

Nosso trabalho baseia-se na corrente pedagógica de Vygotsky e segundo LUCCI (2006):

Nos estudos de VYGOTSKY, as relações entre desenvolvimento e aprendizagem ocupam lugar de destaque, principalmente, na educação. Ele pondera que, embora a criança inicie sua aprendizagem muito antes de freqüentar o ensino formal, a aprendizagem escolar introduz elementos novos no seu desenvolvimento. [...]é pela interação com outras pessoas que serão ativados os processos de desenvolvimento. Esses processos serão interiorizados e farão parte do primeiro nível de desenvolvimento, convertendo-se em aprendizagem e abrindo espaço para novas possibilidades de aprendizagem. (LUCCI, 2006, p. 09 e 10)

Nesta concepção sociointeracionista o aluno é ativo, capaz de construir seu próprio conhecimento. Assim a Escola Municipal “Luíza Gonçalves Moreira” espera construir um aluno cidadão e participativo, consciente, crítico, solidário, criativo e autônomo.

A meta de trabalho desta escola está alicerçada nos Parâmetros Curriculares Nacionais para os anos iniciais do ensino fundamental, dividido em 10 volumes (Introdução, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte, Educação Física, Temas Transversais/Ética, Meio Ambiente/Saúde, Pluralidade Cultural/Orientação Sexual) e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil que abrange experiências tais como: (Formação Pessoal, Social e Conhecimento de Mundo, Identidade e Autonomia, Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática).

No que tange as discussões sobre os sujeitos que tem direito a uma educação de qualidade, ao conhecimento e a cultura, a gestão vem intermediando discussões acerca do Referencial da Educação Infantil e a nível de anos iniciais do ensino fundamental pela Resolução nº 1086 de 16 de abril de 2006, da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais acontece em turmas regulares, sendo garantido pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Serviço Social de Taquaraçu de Minas que viabilizam apoio didático-pedagógico.

O grande objetivo da nossa proposta curricular é modificar a forma de ensinar e de aprender. Uma educação compartilhada, orientada e mediada pelo professor, mas com profunda participação dos alunos, de forma individual e coletiva, onde as tecnologias, estarão presentes na dinâmica de resolução de problemas, no desenvolvimento de habilidades que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e tornar-se cidadãos realizados e produtivos.

Trabalhar a prática pedagógica construtivamente proporciona a todos os alunos acesso ao conhecimento oportunizando aquisição de competências e habilidades necessárias para o desenvolvimento na aprendizagem. Para alcançar mais avanços é importante o gestor envolver e acompanhar melhor o processo de organização curricular, tendo em vista a formação da cidadania, como consta no Art. 27, incisos I, II e III da LDB, Lei 9394/96:

Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III – orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. (BRASIL, 1996, Art.27).

A complexidade dos fenômenos sociais e suas relações são levadas em consideração no desenvolvimento do currículo e na prática docente representam instrumento de trabalho para a ação no cotidiano escolar. É prática regular ocorrer encontros para análises das relações sociais no entorno escolar e seus reflexos no processo ensino-aprendizagem, com isso os conflitos estão diminuindo. Os professores estão trabalhando pedagogicamente, baseados no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), considerando os direitos de cada cidadão para melhorarem cada vez mais as relações sociais.

Periodicamente acontecem análises dos conteúdos ministrados, reflexões acerca dos livros didáticos adotados nos anos iniciais e do tipo de educação que é almejada para se obter resultados satisfatórios. Para alcançar estas metas o currículo deve ser estratégico, propiciar a participação, direcionar as ações para existir a inter-relação entre as diversas disciplinas. Os professores devem ser mobilizados e motivados para participarem da formação continuada. É necessário ainda que a escola amplie os espaços para troca de experiências e todos os profissionais que atuam na escola necessitam estar envolvidos nas ações pedagógicas.

5-TEMPO ESCOLAR

Sabemos da importância que o PPP tem para cada escola e a grande necessidade de repensar acerca do significado do tempo na escola e as situações que fazem parte do universo escolar dentre eles: processo de aquisição do conhecimento e do currículo suporte da organização escolar como um todo, as famílias que são assistidas, a cultura escolar e os reflexos das políticas de assistência. A condução do gestor possibilita ações conjuntas. É necessário planejar momentos para a comunidade repensar sobre o direito a educação, que tipo de educação desejamos, que resultado pretendemos e como alcançar resultados satisfatórios e em regime de urgência os docentes precisam de momentos para refletir sobre a importância dos conteúdos, quais e como devem ser ministrados e em qual proporção, Cavaliere (2007) acredita que: o “[...] tempo seja ele “físico” ou “social”, não pode ser considerado em sua objetividade ou substancialidade. Ele é sempre um conjunto de relações entre diferentes dimensões que compõem um determinado contexto histórico”.(CAVALIERE, 2007, p.1018).

A sociedade se organiza de várias formas para alcançar as metas (foco) e objetivos, na escola não é diferente, também possui sua organização, trazendo valiosos benefícios na formação dos cidadãos. Para se entender a relevância da escola como organização é necessário planejar, dar significância ao tempo para atingir os objetivos propostos. Para CAVALIERE (2007, p. 1017):

A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral.

A organização da Educação Infantil obedece ao disposto da legislação vigente e esta instituição de ensino atende alunos de 4 e 5 anos, turma multisseriada, cumprindo o que determina a Lei 9394/96. Já o Ensino Fundamental, observa-se historicamente até a atualidade que sofreu alterações desde a Lei Nº 4.024, de 1961, que estabelecia quatro anos para o ensino primário, depois o governo

até 1970 ampliou a jornada para seis anos, a Lei Nº 5.692/71, ampliou o tempo para oito anos, foi alterado o Art. 32 da LDB, primeiro através da Lei Nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que passa de 7 para 6 a entrada no ensino fundamental e depois a segunda, Lei Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 que ampliou para nove anos a duração e manteve aos 6 anos a entrada, a garantia contemplou o ingresso a partir dos seis anos oportunizando um ensino obrigatório com abrangência de nove anos e a Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que aprovou o PNE, onde a meta 2 era ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que foi sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos.

No Estado de Minas a regulamentação da ampliação da jornada escolar para 9 anos aconteceu a partir das resoluções: Nº. 469 de 22 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a organização e funcionamento dos anos iniciais nas escolas de Minas Gerais: “ **Art. 3º** - Nos anos iniciais, a organização escolar do ensino fundamental passa a ter dois ciclos de alfabetização”. “Incisos: **I** - Ciclo Inicial de Alfabetização com a duração de três anos e **II** - Ciclo Complementar de Alfabetização com a duração de dois anos” e Nº 1086 de 16 de abril de 2008” A E.M. “Luiza Gonçalves Moreira” atende até 5º ano do Ensino Fundamental, com funcionamento no 1º turno (0:07h às 11h:30min.).

O Calendário desta escola tem como base o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96 e as resoluções estaduais, pois a rede municipal de educação de Taquaraçu de Minas não possui sistema próprio. O nosso Calendário tem um mínimo de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar os quais são divididos em quatro bimestres. Temos data fixa do início e término das aulas, reuniões técnico pedagógicas, feriados nacionais e municipais, programação cívico cultural, recessos, períodos de matrícula, Conselhos de Classe bimestrais (fora dos 200 dias), planejamento e férias. A distribuição das turmas far-se-á com observância das normas e critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal, em conformidade com a legislação vigente.

Por outro lado, os tempos e espaços da escola vêm enfrentando obstáculos, mesmo que a Instituição de Ensino tenha uma organização adequada. Sair da rotina muitas vezes representa um problema, procurar maneiras diversificadas de incentivar a aprendizagem ou de avaliar um aluno frequentemente não é bem aceito, devido à necessidade de transformar as atitudes e reestruturar o currículo. Mediante exposto é imprescindível encontrar meios diversificados de organizar o tempo escolar e este deverá estar bem definido no PPP. Segundo FREITAS (2004, p.1):

Os tempos e espaços da escola são, portanto, contraditórios e tensos – como tensa e contraditória é a própria sociedade que a cerca. Há uma permanente disputa em tais espaços que reflete as diferentes concepções de educação, as diferentes finalidades educativas atribuídas. A progressão continuada e os ciclos estão inseridos neste ambiente.

Na escola deve-se trabalhar construtivamente o tempo de permanência do aluno, de forma que se possa ter um aproveitamento satisfatório e diminuir no dia a dia os obstáculos, considerando o ano em curso, direito de continuidade e a faixa etária. Sendo assim é imprescindível acontecer momentos de planejamentos pedagógicos. Desta forma, no início do ano letivo acontece um momento para planejamento coletivo e semanalmente nos horários de módulo 2 (previsto no Plano de Carreiras de Taquaraçu de Minas), professores reúnem 1h semanalmente, com as docentes da E. M. “Raimundo das Chagas Quintão” e coordenadora pedagógica que atende a rede municipal de educação para planejam coletivamente e periodicamente acontece encontros com a diretora.

Há um tempo decretado para se ir à escola, um período da vida da criança, do adolescente e do adulto destinado a estudar, onde parte do dia é obrigatoriamente destinada à escolarização. Mesmo com todo o empenho para atingir um patamar desejado em termos de direcionamento de seu tempo, a escola precisa de uma nova organização. Para se atingir qualidade, é preciso garantir suporte aos profissionais da educação, infra-estrutura da escola e das salas de aula, número adequado de alunos por turma, possibilidade de atividades variadas, atendimento coletivo e individualizado, material

pedagógico de apoio, material didático adequado, envolvimento da comunidade escolar, projetos inovadores de acordo com as necessidades do meio escolar. Também adesão em ampliação do tempo escolar onde a escola terá tempo integral, dentre outros.

A formação continuada dos profissionais da nossa escola acontece na tele sala “Professora Iria de Lourdes Vieira”, à distância, direcionada pelo **NAME** (Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino). É importante ressaltar que o **COC** (Curso Oswaldo Cruz) é parceiro do município de 1º ao 4º ano do ensino fundamental, onde o material utilizado nestes anos vem da editora, cada docente tem acesso ao portal **Net NAME** e uma vez por bimestre especialistas visitam à sala de aula para verificação da aprendizagem e avaliar as interferências que estão sendo feitas.

De acordo com o Censo Escolar de 2006, observa-se uma nítida tendência de evolução positiva no sentido de maior tempo de permanência das crianças e jovens na escola. Fica evidente que, em todas as regiões e muito especialmente na região Sudeste, no ensino fundamental, houve um grande crescimento dos turnos escolares de mais de 5 horas, passando de 6,3% em 2004 para 18,5% em 2006. Houve também a diminuição, ainda que não tão significativa dos turnos de menos de 4 horas, de 5,9% em 2004 para 4,6% em 2006. Os números mostram o aumento médio do tempo diário de permanência na escola em todo o Brasil, mas o tipo de movimentação nos extremos revela a manutenção da desigualdade regional dos sistemas educacionais do país. (CAVALIERE, 2007. p.1023).

A E.M. “Luiza Gonçalves Moreira” não funciona em tempo integral, devido à falta de espaço físico, transporte escolar e financiamento. A direção juntamente com autoridades municipais está tentando parcerias com Associações do município, representantes da comunidade, igrejas locais e serviço social para iniciar no próximo ano o atendimento em tempo integral, de forma a propiciar aos alunos vivências construtivas, acesso a atividades de lazer, cultura, esporte e reforço escolar.

Nesta escola, que atende alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, a organização ocorre em ciclos, com duração de 5 anos. Ao deixar de ser

seriada, muitas transformações aconteceram, dentre elas eliminação da reprovação e adoção da progressão continuada. Séries e ciclos têm significação no tempo escolar, pode-se dizer que as séries escolares e os ciclos de aprendizagem servem como unidades de referência para a vida escolar. A organização em ciclos esta amparada pela LDB, Lei 9394/ 1996, que dispõe no Art. 23 que:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomenda. (BRASIL, Lei Nº 1996, Art.23).

A atual forma de organização denominada ciclos, nos remete a repensar as diferentes formas de agrupamentos do tempo e espaço na organização do PPP e a escola vem alcançando transformações construtivas no que tange a prática pedagógica e resultados. A progressão continuada vem possibilitando mudanças significativas no processo avaliativo, como esclarece. Freitas (2003):

[...] a progressão continuada permite uma nova forma de organização escolar, conseqüentemente, uma outra concepção de avaliação [...] a denominação progressão continuada foi adotada, como enfatizam diversos textos oficiais, porque extrapola a compreensão da aprovação automática no sentido apenas de implementação de uma norma administrativa, mas contempla o aspecto pedagógico, a crença de que toda criança é capaz de aprender. então, sempre ocorrerá progresso de aprendizagem mesmo que em níveis diferentes. atrelada a essa concepção está o respeito ao ritmo de aprendizagem dos alunos. cada qual tem o direito de se desenvolver no seu ritmo natural e a escola ,portanto, deve garantir a aprendizagem do aluno. (FREITAS. Apud, BERTAGNA, 2003. P. 8).

Desta forma, a gestão deverá continuar promovendo ações eficazes para otimizar e potencializar o tempo escolar para atingir a meta: educação de qualidade e sucesso escolar dos alunos.

6- PROCESSO DE DECISÃO

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representa um marco para a educação brasileira, pois traz uma série de princípios norteadores da política educacional. Um desses princípios é o da Gestão Democrática, expressa no artigo 206, inciso VI, da carta magna.

O princípio da Gestão Democrática é consagrado no Art. 3º, inciso VIII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9.394, 1996 e no Art. 14º desta Lei está explicitado que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação no projeto pedagógico da escola; II – Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, art. 14)

Neste mesmo vértice, aponta o Plano Nacional de Educação – PNE- Plano Nacional da Educação, Lei Nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001, os objetivos e prioridades que devem orientar as políticas públicas de educação no período de dez anos. Destaca-se dentro dos seus objetivos:

Democratização da gestão do ensino público, salientando, a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local dos conselhos escolares ou equivalentes, bem como descentralização da gestão educacional, com fortalecimento da autonomia da escola e garantias de participação da sociedade na gestão da escola e da educação. (BRASIL, 2001).

Sendo assim, a gestão democrática somente pode ocorrer se houver uma junção de elementos que favoreçam sua implementação. Ela pressupõe maior autonomia no sistema educacional e na escola. Para que haja esta autonomia, é necessário a participação dos sujeitos nos processos decisórios. O processo de decisão está envolvido dentro da participação, que fica assim explicitado por BORDENAVE (1983, p.78), “a participação é algo que se aprende e aperfeiçoa. Ninguém nasce sabendo participar, mas como se trata de necessidade natural, a habilidade de participar cresce rapidamente, quando existem oportunidades de praticá-la”.

Na Escola Municipal “Luiza Gonçalves Moreira” a participação ocorre em diversas circunstâncias como em reuniões de funcionários e de pais, em comemorações e festas. Na tomada de decisões a participação ainda é pequena, um dos fatores que contribui para isso é a inexistência do Conselho Escolar para ajudar nos processos de decisões. A gestão democrática será viabilizada no cotidiano desta instituição educativa através do fomento de mecanismos que possibilitem a concretização da mesma, sendo o Conselho Escolar em deles.

O Conselho Escolar consiste em um espaço de participação coletiva, promove direta ou indiretamente, o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos educativos. Rodrigues (1984) aponta que: “Órgão coletivo de decisões e de análise dos problemas da escola. O colegiado representa, também, uma mudança tanto nos processos de tomada de decisões administrativas e pedagógicas, como nas formas de relacionamento com a comunidade ou com os órgãos superiores de administração educacional”. (RODRIGUES, 1984, p.73)

Pode-se dizer que a relação entre a gestão da Unidade Executora e o Conselho Municipal de Educação é satisfatória, existe compromisso, responsabilidades com os deveres e atribuições. Os representantes da Unidade Executora são atuantes, mas espera-se que a participação amplie ainda mais.

Como não foi implantado o Conselho Escolar, muitas decisões são tomadas pela direção em conjunto com docentes, profissionais da administração, alunos e pais. Quando ocorre algo que necessita da interferência da Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação, ambos são acionados para análise e resolução do acontecido, as decisões são registradas em Ata e ocorre a presença de todos os envolvidos.

No processo didático pedagógico as decisões acontecem conjuntamente com a coordenadora pedagógica, professores e pais. As decisões em relação ao trabalho pedagógico necessitam ser mais precisas, contar com a colaboração e

participação mais direta do gestor para garantir o cumprimento do proposto no processo didático pedagógico, propiciar e coordenar momentos coletivos para discussões pedagógicas. Participar do processo de elaboração dos planos de trabalhos docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de ensino, para contribuir no planejamento das ações. A coordenadora pedagógica tem poder de decisão.

A estrutura administrativa que compõem a escola é composta pelo diretor, coordenadora pedagógica, auxiliar de secretaria, auxiliares de serviços gerais que são responsáveis pelas deliberações burocráticas da escola, tais como: administração de pessoal, financeiro, bens materiais, organização interna da escola e diversas atividades inerentes à vida escolar dos alunos (registro, escrituração, expedições de declarações, certificados, controle de frequência e aproveitamento, etc). Tem a função de manter a comunidade informada sobre os assuntos escolares e legislações, organizar e planejar a programação e acompanhar toda a execução. Durante o processo, tem a atribuição de definir junto com os representantes da Unidade Executora, professores, pais e alunos as linhas de ação.

A gestão tem autonomia para resolver o pedagógico, o processo de funcionamento da escola, as programações constantes no calendário escolar, as situações disciplinares, o fluxo de alunos e profissionais, já a vida funcional em parte, porque esta escola faz parte da rede municipal de educação, todas as escolas são coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação.

O gestor vem incentivando a implantação do grêmio estudantil, porque ainda não é realidade na escola, que representa democratização do processo escolar e possibilita trabalhos coletivos porque envolve dinamicamente os discentes, profissionais e as famílias. Esta vivência tornará o clima escolar melhor, favorecerá ainda mais o entendimento do contexto escolar onde todos terão acesso a todas as informações, acontecimentos, dentre outros. As decisões serão dialogadas e as soluções serão aceitas ou não, porque contou com o posicionamento dos segmentos.

Os processos eletivos desta escola precisam ser adequados a começar pela escolha do diretor e vice-diretor. Até 2010 o diretor foi indicado pelo Prefeito Municipal, mas para o próximo ano seguirá o que determina a Lei Nº770 de 28 de dezembro de 2009, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica das Unidades Escolares do Município de Taquaraçu de Minas. Entende-se que, somente desse modo, estará exercendo de fato a gestão democrática e atendendo as especificidades inerentes aos processos de decisão, que conduz a participação e assim, a melhoria da qualidade dos processos escolares.

7- RELAÇÕES DE TRABALHO

A participação é uma necessidade dos seres humanos, por meio dela se cria, constrói, expressa, estabelece relações e integrações coletivas. De acordo com BORDENAVE (1983, p.17) “a participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos até as associações, empresas e partidos políticos de hoje”.

Nas relações de trabalho na escola, a atuação do gestor com profissionais, pais, alunos, representantes de conselhos faz muita diferença. Na E. M. “Luiza Gonçalves Moreira” o papel de cada profissional é definido, competindo a cada segmento o cumprimento das funções inerentes ao cargo que ocupa no contexto de gestão democrática, conforme será discorrido a seguir.

O gestor deve direcionar a instituição de ensino, cumprir e fazer cumprir o Regimento Escolar e demais legislações vigentes em vigor, coordenar e acompanhar a execução do Projeto Político Pedagógico, projetos e programas educacionais a nível municipal, estadual e federal, convocar e participar de Conselhos e prestar contas dos recursos recebidos, responsabilizar pelos bens patrimoniais, planejar e incentivar momentos de formação continuada e qualificações, manter a comunidade informada de tudo que acontece a nível administrativo e pedagógico, elaborar juntamente com a coordenadora pedagógica, professores e representantes do conselho, o calendários escolar

obedecendo as diretrizes da Secretaria do Estado da Educação e Secretaria Municipal de Educação de Taquaraçu de Minas e zelar pelo cumprimento dos dias letivos e escolares, coordenar os departamentos da escola e motivar a participação ativa de profissionais e comunidade.

A coordenadora pedagógica deve ser uma profissional dinâmica e capaz de liderar construtivamente os professores, organizar e acompanhar a mediação do currículo no intuito de alcançar resultados e melhorias na aprendizagem dos alunos, estar atenta para as relações professor e aluno, incentivar atividades culturais e inserção em programa de formação continuada, planejar encontros entre docentes para aperfeiçoamento, planejamentos e trocas de experiências.

A auxiliar de secretaria deve organizar e responsabilizar pelo funcionamento da secretaria escolar, manter sigilo, em dia e atualizada toda escrituração escolar, arquivo de documentos e legislações, coordenar o manuseio dos diários pelos professores e atender com eficácia os profissionais e comunidade.

O professor deve mediar com qualidade o currículo, ter uma relação harmônica com os alunos, pais e parceiros de trabalho, motivar as interações e participações, escolher um método adequado para seguir e ser bastante interativo, ser um bom mediador dos conhecimentos, participar das reuniões, encontros e programas de formação continuada e manter-se atualizado.

O auxiliar de serviços gerais deve coordenar as atividades da cozinha e limpeza, controlar o estoque e validade dos ingredientes da merenda escolar e material de limpeza, manter a escola limpa e organizada, preparar a merenda escolar obedecendo as normas nutricionais e seguir o cardápio.

Na E. M. “Luiza Gonçalves Moreira” os profissionais tem ciência do papel que compete a cada um, tem consciência e atuam seguindo as atribuições inerentes à função, porém nas relações de trabalho ocorrem alguns conflitos entre as docentes quando é necessário definir horários para encontros coletivos, planejamentos e divisão de tarefas para programações culturais. A

gestão vem intermediando reflexões sobre a importância da cooperação e das interações para sanar os conflitos e elevar o índice de produtividade da escola.

Nesta instituição de ensino a equipe de profissionais vem trabalhando bem a importância do estabelecimento de boas relações inter-pessoais entre os funcionários, estes com alunos e pais, alunos com alunos e pais para melhorar os vínculos e tornar o ambiente escolar cada vez mais prazeroso.

Quando acontece conflitos entre alunos, estes são encaminhados à direção da escola para resolução da situação, os pais são convidados a comparecerem no dia seguinte para uma atuação conjunta. A direção e professores vêm trabalhando pedagogicamente estas situações através de dinâmicas, rodinhas de diálogos, teatros, jogos, brincadeiras, monitoramento em recreios, entradas e saídas e encontros individuais e coletivos com pais para análise dos conflitos e estabelecimentos de parcerias. De acordo com Japecanga(2010) [...] todos aqueles diretamente envolvidos têm o direito de tomar decisões no interior de uma dada organização [...]. (JAPECANGA, 2010, p. 46).

A formação continuada vem contribuindo para melhorias na prática, este espaço deve ser bem planejado e coordenado pela equipe pedagógica da escola. Nesta escola é realidade encontros semanais com a direção e profissionais para planejamento semanal. Também uma vez por semana professores reúnem com a coordenadora pedagógica e professores da E.M. “Raimundo das Chagas Quintão”, que funciona no centro de Taquaraçu de Minas para estudos de grupos, orientações pedagógicas e trocas de experiências. A formação continuada acontece à distância (on-line) na sala do COC (Curso Oswaldo Cruz), direcionada a pelo NAME (Núcleo de Apoio a Municipalização) uma vez por semana. A coordenadora do programa merenda escolar capacita as auxiliares de serviços gerais duas vezes por ano. A meta futura é que todos os profissionais sejam capacitados, e que essas mudanças efetivas aconteçam nas práticas escolares e possibilite inovadoras e transformadoras práticas em sala de aula.

Nas relações sociais o ato de participar engrandece, transforma atitudes, qualifica as relações e possibilita as pessoas aceitarem e respeitarem o diferente. As relações de trabalho nesta escola são solidárias, recíprocas e coletivas, existem divergências entre docentes por causa da agenda dos encontros, mas não afeta o ambiente escolar e a concretização das atividades. Quando for implantado o Conselho Escolar este entorno melhorará bastante, porque aumentará os espaços de diálogo e muitas decisões serão mais compartilhadas.

8- AVALIAÇÃO

A avaliação é o tópico, talvez, mais importante do PPP visto que toda ação gerencial só se obtém concernentes resultados se a instituição está fundamentada em processos sólidos de avaliação em todos os níveis e pautada na problematização consciente, humana e comprometida com a construção do novo “cidadão”.

Em entrevista realizada em São Paulo, no Instituto Paulo Freire, para a série Projeto Político-Pedagógico da escola, apresentada no programa Um Salto para o Futuro/TV Escola/SEED/MEC, de 20/04 a 30/04 de 1997. Paulo Freire afirma que:

Tudo o que a gente puder no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola a mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente. (FREIRE, 2006, s.p.).

A escola não pode se esquecer que anterior ao Projeto Político Pedagógico está o compromisso com o Projeto Social, este, talvez, seja o maior entrave ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, pois, enquanto não se dá resolução aos problemas “sócio-econômicos” o processo didático-pedagógico não atinge seu nível satisfatório.

O quarto livro do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004) retrata diversas situações da organização escolar, dentre outros que nos possibilita sintetizar que Avaliar é conhecer bem o que os alunos sabem, quanto sabem e o quão distante ou perto estão os objetivos educacionais que lhes foram propostos e como consequência avaliamos o ensino da instituição, tendo a clareza que as práticas avaliativas sejam: democráticas, coletivas, dialogadas e possam identificar em que medida os problemas institucionais foram ou não resolvidos e para que a escola possa replanejar, rever a metodologia e a própria prática avaliativa.

A avaliação em qualquer setor segue por meio dos domínios, por meio das competências e por meio dos padrões de desempenho definidos nos instrumentos legais da escola (Regimento escolar, Resoluções e outros). Observar atentamente as habilidades desenvolvidas pelo aluno em cada nível e ou etapa em que estiverem abaixo dos padrões de desempenho para replanejamentos e tomadas de decisões pedagógicas necessárias. Fazendo sempre o registro do acompanhamento e desenvolvimento de cada aluno.

Sob o olhar legal a avaliação qualitativa deve sempre sobrepor à avaliação quantitativa sem, contudo desmerecer a validade desta uma vez que, na prática social só se classifica o cidadão, em concursos através das avaliações quantitativas e classificatórias. A escola não pode esquecer que no instrumento “Regimento Escolar” são previstas outras modalidades de avaliações como: diagnóstica, observações, trabalhos individuais e ou em equipes, seminários, pesquisas, apresentações, auto-avaliação, conselho de classe e outros.

Na E.M. “Luiza Gonçalves Moreira”, o processo avaliativo ainda prioriza avaliações formativas, que segundo KACZAROUSKI et al KAMINSKI (2008, p.5) “tem como objetivo verificar se tudo aquilo que foi proposto pelo professor em relação aos conteúdos estão sendo atingidos durante todo o processo de ensino aprendizagem”. Nesta escola também, numa escala menor, utiliza-se dos métodos de avaliação diagnóstica e somativa. Todo final de bimestre

acontece o Conselho de Classe onde o conjunto da escola analisa o processo avaliativo, com vistas no desempenho dos alunos.

Para os alunos com necessidades especiais são aplicados todos os tipos de avaliação que definam o progresso sócio-psicopedagógico e de ensino aprendizagem.

A instituição precisa saber que “o conhecimento é a única realidade que se multiplica quando é dividido” (MINOZZI, 2010, p. 1). Nas escolas, hoje, uma grande arma de fortalecimento das ações escolares chama-se Conselho Escolar, ele pode contribuir para a identificação do para quê avaliar, como avaliar e o quê avaliar na escola. No processo avaliativo a atuação do Conselho Escolar estimula a participação da comunidade na gestão escolar e potencializa o processo.

Todo processo educativo passa a ter a maior relevância como meio para a efetivação da aprendizagem e o produto deste processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo. (NAVARRO, 2004, p.1).

A rede municipal de educação deste município realiza anualmente avaliação diagnóstica em todas as escolas pertencentes à rede, após compilação de dados, acontece à análise dos resultados e comparativo com as avaliações externas. É necessário democratizar esta ação, envolver mais a comunidade, dialogar com os resultados em conjunto com a comunidade e juntos traçar propostas de aprendizagem.

O município está inserido na política pública de avaliações externas, que vem contribuindo para evidenciar a realidade educacional das escolas. Alunos matriculados nos 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio são avaliados em Língua Portuguesa e Matemática, pelo SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), realizado pelo INEP (Sistema de informações, pesquisas e estatísticas educacionais)/MEC. Outro tipo de

avaliação externa é a Prova Brasil, cuja avaliação é censitária e todas as escolas participam.

No SAEB e Prova Brasil, avaliam os sistemas de ensino e redes, e não a realidade por aluno. As avaliações são planejadas a partir das Matrizes de Referência, baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais e as propostas curriculares de cada região, que avaliam a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional do país. Após resultados a escola analisa e planeja interferências, correlaciona com os resultados obtidos nas avaliações internas.

A nível Minas Gerais o município aderiu ao PROEB (Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica), que integra o SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública), executado pelo CAED (Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação), sob a responsabilidade da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), aplicada em larga escala em todas as escolas públicas do estado de Minas Gerais.

A nível censitário a escola já foi contemplada com aplicação para alunos do 5º ano do ensino fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. A partir dos dados obtidos acontecem ações construtivas para elevar o rendimento escolar dos alunos, reduzir o número de alunos posicionados nos níveis baixo e intermediário e aumentar o recomendável. O boletim com o levantamento pedagógico possibilita análise, interferências pedagógicas e reorganização do plano pedagógico. Neste tempo e contexto, CHIRINÉA et al BARREIRO (2008) enfatizam que:

Somente na década de 1990 é que o Brasil manifestou uma preocupação efetiva com a qualidade da aprendizagem dos alunos, e com sua aferição, obtida por meio de instrumentos de avaliação externa como o SAEB, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, a Prova Brasil, o ENEN e o ENADE.

A ineficiência do sistema escolar, bem como as novas exigências de qualificação e formação, aliadas à reestruturação do Estado brasileiro foram os alicerces das reformas de implantação das avaliações externas no Brasil. No momento em que o Estado deixa de ser provedor, para ser o regulador, as recomendações de agências internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura, passam adequar o sistema escolar brasileiro a

um modelo economicista, para atender às necessidades do mercado de trabalho. (CHIRINÉA; BARREIRO. Apud, COELHO, 2008, p.4).

Também é aplicada a Provinha Brasil, que ocorre no início e final do ano letivo, para alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental, abrangendo aspectos referentes à leitura, o INEP/MEC que elabora esta avaliação diagnóstica. Os resultados demonstram como as crianças estão na leitura e norteia este universo com base nos dados e assim à equipe escolar interfere no processo de alfabetização para que todas as crianças consigam ler e escrever, cumprindo o que esta proposto no decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007 - **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**, inciso 2º, do artigo 2º que tem a seguinte redação: “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico”.

A intenção com aplicação das avaliações externas é contribuir para que gestores, especialistas e professores juntamente com o Conselho Escolar e comunidade reflitam acerca dos resultados e a partir daí interfiram construtivamente no processo ensino-aprendizagem e estabeleçam uma relação com a proposta pedagógica da escola.

A escola se auto avalia em reuniões com profissionais da Secretaria Municipal de Educação, por segmentos e outros. A auto avaliação favorece o clarear da imagem da instituição e identifica situações que devem ser melhoradas, reorienta a prática e permite a todo participante do processo conquistas e progressos no processo de ensino-aprendizagem. Ao gestor cabe envolver os diversos segmentos da escola, em busca de mais qualidade no processo avaliativo, considerando também a realidade social, infra-estrutura da escola, recursos didáticos e materiais e o desempenho dos alunos. Auto avaliar-se com verdadeira criticidade, possibilita crescimento pessoal, profissional e social.

Todo final do ano acontece à avaliação de desempenho dos profissionais da escola, onde cada segmento é analisado através de uma ficha avaliativa

padronizada pela Secretaria Municipal de Educação. É imprescindível incrementar esta prática para alcançar os objetivos reais de sua existência, motivar o coletivo da escola para participar e existir comprometimento de todos. Para tal, gestores, especialistas, professores, profissionais da administração escolar, pais e alunos devem ter voz e participarem ativamente do processo avaliativo. Esta conquista possibilitará o crescimento da instituição (escola como um todo).

Através da participação da comunidade, o processo avaliativo tomará outras dimensões necessárias para se chegar à eficácia em termos de produtividade e conseqüentemente surgirão novas propostas para transformação da realidade educacional. No que tange a gestão, deverá proporcionar meios de buscar a participação da comunidade no processo avaliativo.

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**, 2004. Disponível em <http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 21/07/2010.

BORDENAVE, J, Diaz. **O que é participação**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

BRASIL. Constituição Federal- Artigo 206. Inciso VI da carta magna. **Os Princípios da Gestão Democrática**.1988. Disponível em: <http://www.moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso 23/06/2010.

BRASIL, MEC, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996**.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental** – Resolução CNE/CEB Nº 2/1998, fundamentada no Parecer CNE/CEB Nº 4/1998. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso 18/08/2010.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em <http://www.www.pedagogiaemfoco.pro.br/l10172>. Acesso em 10/08/2010.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Ministério da Educação. Brasília, 2004, vol.9.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**, MEC. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>. Acesso em 18/08/2010.

BRASIL. **Resolução 1086 de 16 de abril de 2006**. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/.../1807-resolucao-see-no-666-de-07-de-abril-de-2005>. Acesso em: 18/08/2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio**. 2ª Ed. nova fronteira, 1987.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p.1015-1035, out. 2007. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 14/06/2010.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Qualidade da educação: eficiência, eficácia e produtividade escola**. Disponível em http://www.fclar.unesp.br/publicações/revista/polit_artigo3.pdf. Acesso em 08/08/2010.

CUNHA, Maria Isabel. A relação Professor aluno. In. VEIGA, I. P. A (org) **Repensando a didática**. Campinas: Papirus, p. 145-58, 1992.

FREITAS, Luiz Carlos de. FE-UNICAMP. **CICLO OU SÉRIES ? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** P. 01 à 33. out. 2004. Disponível no portal Fae, UFMG - Escola de Gestores. Acesso em: 15/06/10.

HORN, Maria da Graça de Souza. **Sabores, cores, sons, aromas**. A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Armed, 2004. Disponível em http://www.scholar.google.com.br/scholar?q=related:ekv5fCQ6xBcJ:scholar.google.com/&hl=ptBR&as_sdt=2000.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A democratização das relações de trabalho na escola pública básica**. Disponível em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/458/357>. Acesso em 17/08/10.

LUCCI, Marcos Antonio. **A proposta de Vygotsky: a psicologia sócio-histórica**. 2006. Disponível em <http://www.ugr.es/~recfpro/rev102COL2port.pdf>. Acesso em 18/08/2010.

MINOZZI, Essio Jr **Seminário de atualização de professores da AFUSE**. 28/03/2010, p.1. Disponível em <http://www.professoressio.com.br/index.php?...afuse>. Acesso em 08/08/2010.

NAVARRO, Ignez Pinto. **Avaliação: o processo e o produto**1. Ministério da Educação. Brasília, 2004 , p. 38-40 . Disponível em: escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/.../ava_c_texto1.pdf. Acesso em 07/08/2010.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação – MG, **Lei Nº 469** de 22 de dezembro de 2003. Disponível em <http://www.educacao.mg.gov.br/.../1179>. Acesso em 09/08/2010 .

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.** 2000. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 21/07/2010.

OLIVEIRA, *Marta Kohl* de, VIGOTSKY: **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**/Martha Kohl de Oliveira. - São Paulo: Scipione, 1997- (pensamento e ação do magistério). Disponível no site da Escola de Gestores. Acesso 18/07/2010.

RODRIGUES, Neidson. **Colegiado: instrumento de democratização.** Informativo MAI. Revista Brasileira de Administração de Educação. Belo Horizonte (104) p.66-75, 1984.

VEIGA, I. P. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 13. Ed. Campinas: Papyrus, 2001.